

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.117.790 - SP  
(2017/0138681-1)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
EMBARGANTE : FRIGORÍFICO AVÍCOLA VOTUPORANGA LTDA  
ADVOGADOS : CRISTIANE APARECIDA SCHNEIDER BOESING E  
OUTRO(S) - SP308564  
SILVIO LUIZ DE COSTA - SP245959A  
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

## DECISÃO

*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. VÍCIO INTEGRATIVO NÃO CONFIGURADO. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL DE ORIGEM SOBRESTAMENTO DOS AUTOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE À CONTRIBUIÇÃO AO PIS E À COFINS. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF (TEMA 756 - RE 841.979/PE). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA EMPRESA REJEITADOS.*

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por FRIGORÍFICO AVÍCOLA VOTUPORANGA LTDA. em face de decisão monocrática de minha lavra, assim ementada:

*TRIBUTÁRIO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE À CONTRIBUIÇÃO AO PIS E À COFINS. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF (TEMA 756 - RE 841.979/PE). RETORNO DOS AUTOS, SOBRESTANDO-OS NO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 1.040 DO CPC/2015).*

2. Sustenta, em suma, que a questão tratada no tema 756 do STF nunca foi objeto destes autos, pois desde *a origem se discutiu nos presentes autos apenas a extensão e a interpretação dos ditames das leis que trataram da não cumulatividade do PIS e da COFINS na espécie: Leis 10.637/2002, 10.833/2003 e 10.925/2004* (fls. 848).

3. Sem impugnação (fls. 854).

4. É o relatório.

5. A irresignação não merece prosperar.

6. Analisando trecho do acórdão proferido na origem, verifica-se que o tema em discussão, necessariamente, esbarra na análise da **aplicação do princípio da não cumulatividade**, conforme tema 756/STF. Vejamos:

*Por oportuno, cumpre assinalar que no regime não cumulativo da contribuição ao PIS e da COFINS, previsto nas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, a regra geral é a de que somente darão direito a crédito, para fins de dedução da base de cálculo, as aquisições de bens e serviços sujeitos à incidência das referidas contribuições. Não havendo a incidência das exações nas operações de aquisição, não há de se falar em direito ao crédito. Esta a linha mestra do sistema da não cumulatividade (art. 3º, § 2º, inciso II).*

*Em contrapartida, o legislador previu no art. 3º, §§ 10 e 11, da Lei 10.637/02 (ora revogados), acrescentado pelo art. 25 da Lei 10.684/03, e no art. 3º, § 6º, da Lei nº 10.833/03 (ora revogado pela Lei 10.925/2004), o direito a um crédito presumido relativo à aquisição de alguns produtos que especifica, quando efetuada de pessoas físicas, residentes no país, não contribuintes do PIS e da COFINS.*

*Por sua vez, a Lei 10.925, de 23 de julho de 2004 (conversão da Medida Provisória 183/2004) ampliou as hipóteses de geração do crédito, presumido, assegurando, em seu art. 8º, o direito ao benefício também em relação a aquisições de bens de pessoas físicas. Assim, passou a prever o crédito "presumido" a título de PIS/COFINS, calculado sobre o valor de bens (referidos no inc. II, do caput do art. 3º das Leis 10.637/02 e 10.833/03) adquiridos de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física tendo por escopo neutralizar o impacto da acumulação dessas contribuições no preço dos alimentos na cadeia produtiva, decorrente da venda de insumos agropecuários por pessoas físicas.*

*Outrossim, o legislador também previu, no art. 9º da Lei 10.925/2004, a hipótese de suspensão da incidência da contribuição ao PIS/COFINS para pessoas jurídicas, nos termos dispostos nos incisos I, II, III e § 1º desse dispositivo legal.*

*(...).*

*A impetrante alega a inexistência de vedação legal ao creditamento simultâneo, a título de PIS/COFINS, no período indicado na inicial (1º/08/2004 a 03/04/2006), ao entendimento da não ocorrência de suspensão da exigibilidade dessas contribuições sociais, nesse período, a obstar a pretensão veiculada.*

*Contudo, tal pretensão não encontra amparo legal. Conforme se depreende do comando inserto no § 2º, inciso II, do art. 3º das Leis 10.637/02*

*e 10.833/03, que veda o creditamento "direto" (sistemática não cumulativa) se a aquisição dos bens ou servos não sujeita ao pagamento da contribuição social ao PIS/COFINS; Assim, com a criação da hipótese de suspensão da incidência do PIS/COFINS, prevista no art. 9º da Lei 10.925/04, empresas como a impetrante, que adquirem bens ou produtos agropecuários a teor do disposto no art. 8º, § 1º, e 9º, ambos da Lei 10.925/04, ficam impedidas, de aproveitar o crédito relativo a tais contribuições, decorrentes da sistemática não cumulativa (art. 3º, § 2º, inc. II das Leis 10.637/02 e 10.833/03) (fls. 675/678).*

7. Outrossim, caso fosse adentrar ao mérito da demanda, é de conhecimento da parte, ora embargante (fls. 800), que neste STJ existe jurisprudência contrária ao seu interesse recursal (REsp. 1.437.568/SC, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 9.12.2015; REsp. 1.452.808/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 27.6.2016).

8. Assim, por bem aguardar o desfecho do Tema 756/STF, pois somente após esgotada a jurisdição ordinária com o juízo de conformação do acórdão regional é que deverá ser submetida às Cortes Superiores eventual questão residual não abrangida pelo Tema de Repercussão Geral ou de Recurso Repetitivo. Nesse sentido:

*PREVIDENCIÁRIO. TEMA DE FUNDO DECIDIDO PELO STF, SOB O SIGNO DA REPERCUSSÃO GERAL. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA A FEITURA DO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE CISÃO DE JULGAMENTO. INTELIGÊNCIA DOS ART. 1037, § 7º, E 1.041, § 2º, do CPC/15.*

*1. A decisão agravada determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, porquanto o tema de fundo trazido no recurso especial coincide com aquele já apreciada no âmbito do RE 937.595/SP - Tema 930/STF, com repercussão geral reconhecida pelo STF.*

*2. O vigente sistema processual brasileiro não comporta a cisão e a concomitância de julgamentos perante as instâncias ordinária e especial. Logo, em se descortinando a presença de tema submetido à sistemática dos repetitivos ou da repercussão geral, evidenciada está a necessidade de prévia feitura de juízo de conformação pela Corte local.*

*3. Com efeito, postergada resultará a inauguração da jurisdição do STJ enquanto não exaurido o ofício judicante do Tribunal de origem, que só ocorrerá com o rejuízo da apelação ou do agravo de instrumento a seu cargo, ou seja, por ocasião do juízo de retratação/conformação, ou mesmo*

*manutenção, nos moldes desenhados nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.*

*4. A teor do artigo 1.041, § 2º, do CPC/15, "quando ocorrer a hipótese do inciso II do caput do art. 1.040 e o recurso versar sobre outras questões, caberá ao presidente ou ao vice-presidente do Tribunal recorrido, depois do reexame pelo órgão de origem e independentemente de ratificação do recurso, sendo positivo o juízo de admissibilidade, determinar a remessa do recurso ao tribunal superior para julgamento das demais questões" (grifos nossos).*

*5. Já o art. 1.037, § 7º, do CPC/2015, determina que, na hipótese de remanescerem questões impugnadas em recurso especial distintas daquela objeto da afetação pelo STJ, seja julgada em primeiro lugar a matéria afetada, para apenas depois se prosseguir na resolução do resíduo não alcançado pela afetação.*

*6. Em tal contexto, presente a necessidade do juízo de conformação, o feito deverá retornar à respectiva instância recursal ordinária e eventual necessidade de exame de matéria remanescente será realizada posteriormente. Portanto, aplicam-se, à hipótese, os arts. 1.041, § 2º, e 1.037, § 7º, do CPC/15.*

*7. Agravo interno não conhecido (AgInt no REsp. 1.728.078/RJ, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 16.8.2019).*

2 2 2

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. SERVIDOR PÚBLICO. EX-CELETISTA. ADIANTAMENTO DO PCCS. MATÉRIA SUBMETIDA À REPERCUSSÃO GERAL PELO STF. AUTOS. DEVOUÇÃO À ORIGEM.*

*1. A questão jurídica relativa ao direito do servidor público, ex-celetista, absorvido pelo Regime Jurídico Único, ao recebimento das diferenças relacionadas ao índice de 47,11% incidente sobre a parcela denominada adiantamento do PCCS teve a repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, em 23/06/2017, no Recurso Extraordinário n. 1.023.750/SC.*

*2. Encontrando-se o tema afetado à sistemática da repercussão geral, esta Corte Superior tem o entendimento de que os recursos que tratam da mesma controvérsia devem aguardar o julgamento do paradigma representativo no Tribunal de origem, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.*

*3. Hipótese em que é necessário o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que lá seja esgotada a jurisdição e promovido o juízo de adequação diante do que vier a ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal, sendo certo que, após tal providência, a Corte local decidirá, então, se ainda*

*há razão para apreciação do apelo nobre por este Tribunal, o que evitará a cisão no julgamento.*

*4. Agravo interno provido, para tornar sem efeito os julgamentos anteriores e determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem (AgInt no REsp. 1.638.615/SC, Rel. p/ Acórdão Min. GURGEL DE FARIA, DJe 19.12.2017).*

2 2 2

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL COM MULTIPLICIDADE DE TEMAS IMPUGNADOS. HIPÓTESE EM QUE UM DELES SE ACHA AFETADO COMO REPETITIVO EM PROCESSO DIVERSO. IMPOSSIBILIDADE DE O STJ DESDE LOGO JULGAR OS DEMAIS TEMAS NÃO AFETADOS. CASO CONCRETO. TÓPICO QUE ENVOLVE DISCUSSÃO SOBRE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DAS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI 9.494/1997 E LEI 11.960/2009. MATÉRIA ATUALMENTE AFETADA E PENDENTE DE JULGAMENTO PERANTE A PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ PELO RITO DO ARTIGO 543-C DO CPC/1973. EXEGESE DOS ARTS. 1.040 e 1.041 DO CPC/2015. DEVOLUÇÃO E SOBRESTAMENTO DO ESPECIAL NA CORTE DE ORIGEM.*

*1. Recurso especial que veicula, dentre outros itens impugnados, discussão a respeito da forma de atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública, nos termos do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com as alterações previstas na Lei 11.960/2009.*

*2. Ocorre, porém, que a controvérsia jurídica alusiva a esse específico tópico do especial encontra-se presentemente afetada como tema repetitivo, ainda não decidido, junto à Primeira Seção do STJ, consoante o rito do artigo 543-C do anterior CPC/1973 (REsp 1.495.144/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 11/11/2014).*

*3. Em tal cenário, não se revela adequado que o STJ, desde logo, decida os demais temas não abarcados por aquele repetitivo. Ao invés, deve determinar o retorno dos autos à Corte de origem, para que lá permaneçam sobrestados até que se profira decisão no apontado recurso representativo da controvérsia, observando a Presidência local, daí em diante, o procedimento delineado nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, quando, só então, estará exaurida a jurisdição da instância recursal ordinária.*

*4. Em conclusão, cancela-se, de ofício, a decisão monocrática de fls. 699/707, com a determinação de restituição dos autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, restando, em consequência, prejudicado o agravo interno da União (AgInt no REsp. 1.331.364/RS, Rel. p/ Acórdão Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 21.8.2017).*

# *Superior Tribunal de Justiça*

9. Ante o exposto, rejeitam-se os Embargos de Declaração da Empresa.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR